



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ  
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

**EDITAL Nº 11, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Anexo V**  
**AUTODECLARAÇÃO**

(renda familiar por exercício do trabalho autônomo)

Eu, \_\_\_\_\_, de  
nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, no município de  
\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_,  
filho de \_\_\_\_\_ e de  
\_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ CEP nº \_\_\_\_\_,  
portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_,  
expedida em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ (cópia anexa) e CPF nº \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, DECLARO, sob  
as penas da lei, e para fins de comprovação junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Pará – IFPA, que perfaço uma renda mensal aproximada de R\$ \_\_\_\_\_  
(  
\_\_\_\_\_) referente ao exercício do trabalho autônomo de  
\_\_\_\_\_, que desenvolvo sem vínculo empregatício desde  
\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_. Declaro que as informações contidas nesta declaração são verdadeiras, e estou  
ciente de que a omissão ou prestação de informações ou documentos falsos ou divergentes  
constitui crime de falsidade ideológica previsto em lei\*. \_\_\_\_\_,  
de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. (localidade) (dia) (mês) (ano).

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante com reconhecimento de firma

\*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica. Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.